

EDUCAÇÃO, LUTA DE CLASSES, TRABALHO E ALIENAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE DA RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO

Fernando Bilhalva Vitória – UFPel¹

Cleder Fontana – UFRGS²

Vanessa dos Santos Nogueira – UFPel³

Agência financiadora: CAPES

Eixo 5. Trabalho-educação e a formação dos trabalhadores

Resumo: A presente reflexão, de cunho teórico, decorre de estudos sobre a desmistificação do trabalho, estabelecida via uma dialética do trabalho, tanto na sua forma positiva e ontocriativa na formação do ser social, enquanto valor de uso, como na sua forma negativa produzida pela dinâmica histórica da acumulação capitalista – via produção de mais-valia, enquanto valor de troca e da relação do trabalho como princípio educativo, para além das ideologias do fim do trabalho. Neste sentido, nosso objetivo para reflexão, é retomar algumas questões nesta direção – sem perder de vista, o marco histórico de nossa educação – conduzida e articulada pelo corte de classe, ou seja, a educação é um lugar estratégico de luta e consolidação hegemônica de uma classe dominante, como também um lugar especial de luta, na garantia do trabalho, da liberdade e da emancipação, na produção de um projeto de sociedade diferente, aonde o social venha antes, ou melhor, determine o econômico.

Palavras-chave: Educação, Luta de Classes, Trabalho e Alienação.

Introdução

A presente reflexão, de cunho teórico, que teme como foco de estudo, a desmistificação do trabalho, estabelecida via uma dialética do trabalho, tanto na sua forma positiva e ontocriativa na formação do ser social, enquanto valor de uso, como na sua forma negativa produzida pela dinâmica histórica da acumulação capitalista – via produção de mais-valia, enquanto valor de troca e da relação do trabalho como princípio educativo, para além das ideologias do fim do trabalho.

Neste sentido, nosso objetivo inicial para reflexão, é retomar algumas questões nesta direção – sem perder de vista, o marco histórico de nossa educação – conduzida e articulada pelo corte de classe, ou seja, a educação é um lugar estratégico de luta e consolidação hegemônica de uma classe dominante, como também um lugar especial de luta, na garantia do

¹ Doutorando em Educação pela UFPel – E-mail: fbilhalva2@gmail.com.

² Doutorando em Geografia pela UFRGS – E-mail: clederfontana@yahoo.com.br.

³ Doutoranda em Educação pela UFPel – E-mail: snvanessa@gmail.com.

trabalho, da liberdade e da emancipação, na produção de um projeto de sociedade diferente, aonde o social venha antes, ou melhor, determine o econômico.

1. A importância da história no desvelamento das contradições da educação pautada pela luta de classes

Busca-se dar historicidade as marcas da educação de classes, em outras palavras, deixar claro que o real é histórico, e sem ele, não se tem elementos materiais de compreensão da realidade como um processo histórico, ou seja, sem história as coisas ficam sem chão, descoladas, como se dadas por natureza, sem origem material e “supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas” (MARX, 1994, p. 939). Coisa que nem no mundo natural é possível.

Por este caminho, é necessário lembrar que a história da educação brasileira tem sido marcada por uma dicotomia histórica entre um saber das elites, proprietários de terra, e um saber de adestramento para os trabalhadores, principalmente pelas suas matizes de civilização organizada sob o prisma de colônia européia a partir do século XV. A partir desta dinâmica, a educação no Brasil assenta-se sobre bases de um processo discriminatório entre as elites econômicas, detentoras do poder econômico-político, e os seus subordinados, processando-se assim a cisão, pela divisão social do trabalho, entre saber teórico e o saber prático – mais precisamente uma relação histórica entre “*Capital e Trabalho*”.

Na colonização brasileira, os colonizadores também dividiram as terras em grandes latifúndios pelas doze capitanias hereditárias e as sesmarias de terra. Observa-se, assim, que a estrutura que o Brasil teve em seu fundamento, uma colônia constituída de latifúndios escravagistas, monocultores, exportadores, sem o mínimo respeito para com seres humanos que já ocupavam a terra – os povos indígenas muitos dos quais foram totalmente exterminados – ou com os que foram arrancados da África. Com isso, não manifestavam nenhuma espécie de preocupação com os sujeitos que aqui viviam e muito menos com a depredação dos recursos naturais ou o cuidado com a terra. Esta era a lógica usada para obter-se lucro como base do processo de acumulação colonial, assumindo outras faces embora sem perder sua essência, na moderna agricultura capitalista, caracterizada por um processo de acumulação primitiva⁴.

⁴ . Sobre a história da sociedade brasileira consultar: ALENCAR, Chico; CARPI, Lucia; RIBEIRO, Venício. História da Sociedade Brasileira. 16. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996. Sobre a história da educação no Brasil, entre outros autores, pode-se consultar ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

Neste sentido, Portugal invadiu estas terras do que é hoje o Brasil como se ninguém as habitasse; matou e expulsou os nativos que aqui habitavam e, como estes fugiam pela selva adentro porque a conheciam, trouxe africanos como escravos. Sugou as riquezas vegetais e minerais, exploraram os trabalhadores no plantio da cana, do algodão, do café, na extração de minérios, arrancando a liberdade dos povos africanos que aqui escravizava, e o espaço das populações autóctones, os povos indígenas. Estes resistiram, mas muitas etnias foram totalmente dizimadas e hoje, mesmo que alguns grupos indígenas estejam organizados, no total não passam de 300.000. Nesse processo, milhões de sujeitos foram praticamente aniquilados, e sua cultura destruída, por uma espécie de colonialidade do poder (e do saber) que permeia nossas relações sociais. Nesse sentido:

O melhor indicador dessa colonialidade se faz sentir na própria idéia de modernização que, sempre, aparece justificando e legitimando a re-produção das relações sociais e de poder no Brasil do que, talvez, o melhor exemplo hoje seja a expansão do agronegócio, [...] a violência continua subjacente estruturando as relações sociais e de poder (GONÇALVES, 2003, p. 3).

Também os negros adubaram este solo com seu sangue, em nome da liberdade. Revoltaram-se e conseguiram sua “libertação”, porém, incompleta, pois lhes foi negado o direito à propriedade da terra, do trabalho e ainda hoje lutam por reconhecimento e direito ao trabalho, a terra e a cultura. Desde o início da colonização até os dias de hoje, a terra jamais saiu das mãos da classe dominante. Uma classe branca que se diz dona dessas terras, que, em alguns casos, remete-se aos antepassados para se legitimar e continuar no poder e na manutenção da propriedade.

Primeiro as capitanias, depois as sesmarias, e por fim, o latifúndio capitalista, legitimado pelo agronegócio. Tanto o escravo como o trabalhador rural de pequena propriedade e os demais trabalhadores das cidades (remanescentes do campo), construíram a riqueza deste país, mas foram os únicos que não a desfrutaram⁵. Ou seja, o resultado da riqueza é fruto do trabalho social, mas pelas condições históricas que consolidaram a propriedade privada pela divisão social do trabalho, a acumulação é privada. Dessa forma, a produção é social, mas o resultado é apropriação privada de outrem – configurada numa relação social de apropriação – também denominada de lógica capital.

⁵ O desenvolvimento histórico deste processo selvagem de dominação e exploração produz hoje a convulsão social desenfreada dos grandes centros urbanos e de uma massa de miseráveis, do qual, “o próprio sistema se alimenta e se auto-reproduz”. Sobre a desigualdade como produto e condição do projeto de sociedade brasileira. Ver: FRIGOTTO, A Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a Universalização da Educação Básica. In: MOLL, Jaqueline e colaboradores. *Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: Desafios, Tensões e Possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Por estas configurações materiais e históricas, a educação (especialmente no Brasil), tem sido marcada por uma dicotomia entre um saber dos e para os trabalhadores e das classes hegemônicas, em outras palavras, entre conhecimento específico e conhecimento mais geral - cindida pela divisão entre saber teórico e o saber prático, ou melhor, entre quem pensa e quem executa. Conforme Manacorda:

O conhecimento sempre foi reservado a uma elite, aos filósofos, aos sábios, aos religiosos. Na Europa, à medida que vai desaparecendo o aprendizado tradicional da oficina do artesão e o controle do saber pelas corporações de artes e ofício, ocorre a criação de escolas e sua extensão aos trabalhadores produtivos. Mas os conteúdos vão diferir entre formação dos dirigentes e a instrução do povo considerada como obra beneficente e baseada no trabalho produtivo (MANACORDA, 1989. apud, FRIGOTTO, 2005 p. 31).

A condição desta relação; tem como base, a forma como a sociedade se produz e auto-reproduz metabolicamente por meio do trabalho. Por isso, o fenômeno trabalho é fundamental na análise das relações sociais, e especialmente da educação, do qual não se pode separar, no sentido de uma visão mais ampliada da realidade. Ou seja, quem olha para forma como o trabalho se dá, olha para o social em plenitude.

2- Revendo o duplo caráter do trabalho em Marx na teoria do valor

Busca-se aqui deixar claro o que é o trabalho. Para esta empreitada, faremos uma revisita a Marx – por dentro do Capital – especificamente na questão do duplo caráter do trabalho na produção na produção da vida – do trabalho enquanto valor de uso (fruição) e trabalho enquanto valor de troca (Alienação).

Em *O capital*, Marx parte de que, na sociedade capitalista, a riqueza aparece como imensa coleção de mercadorias, definindo essa como objeto externo, que satisfaz necessidades humanas. Enquanto coisa útil, a mercadoria deve ser encarada sob duplo ponto de vista, de acordo com qualidade e quantidade, sendo que a utilidade atribui um valor de uso para a mercadoria, o qual realiza-se no uso ou no consumo. Na sociedade capitalista, a mercadoria constitui valor de troca, ou seja, funciona como uma relação quantitativa entre diferentes mercadorias com valores de uso. Entretanto, estas duas características da mercadoria não podem ser tão simples, pois o valor de troca não é intrínseco, daí a necessidade de esclarecimentos.

No exemplo dado por Marx, um quarter de trigo troca-se por x de outra mercadoria qualquer, o que implica que as mercadorias são valores de trocas permutáveis um pelos outros, tornando-se assim possível reduzi-las a algo comum, configurando-se em abstrações.

Partindo de que as mercadorias, além de serem valores de uso e valores de troca, possuem a propriedade de “serem produtos do trabalho” (MARX, 1985, p. 47), Marx conclui que a abstração da mercadoria leva a abstração do trabalho:

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas destes trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato (MARX, 1985, p. 47).

A partir disso, Marx afirma que, dos produtos do trabalho, não pode restar a não ser uma “objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado” (MARX, 1985, p. 47), ao passo que um valor de uso ou um bem possui valor apenas porque nele está materializado trabalho humano abstrato. Sendo assim, o valor da mercadoria pode ser medido pelo quantum nele contido do trabalho, medido por sua duração, a qual constitui a substância dos valores, pois é dispêndio da força de trabalho. Neste sentido, Marx pensa em um tempo de trabalho socialmente necessário, entendido como o tempo “requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho” (MARX, 1985, p. 48). Portanto, o valor de uma mercadoria muda no tempo e no espaço.

2.1 - Duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias

A produção de uma mercadoria exige uma atividade produtiva, sendo que “o trabalho cuja utilidade representa-se, assim, no valor de uso de seu produto ou no fato de que seu produto é um valor de uso” (MARX, 1985, p. 50), Marx atribui à expressão *trabalho útil*. A existência, por exemplo, de um casaco, riqueza material não existente na natureza, assimila elementos da natureza a necessidades humanas. Assim, o trabalho, independente da sociedade, é condição de existência do homem e, por consequente, uma intermediação entre o homem e a natureza. Pelo trabalho, o homem, enquanto natureza atua sobre a natureza outra que não a dele, propiciando as condições de sua própria existência, ou seja, a vida humana. As mercadorias são resultadas da conexão entre as matérias fornecidas pela natureza e o trabalho. O homem só pode produzir a partir da natureza, mudando as formas da matéria. Assim, toda riqueza tem o trabalho como pai e a natureza como mãe (MARX, 1985, p. 51).

O duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias consiste no valor da mercadoria e do valor de uso (MARX, 1985, p. 53). A partir do trabalho abstrato, o trabalho é

reduzido à simples unidade de medida, o que faz com que casaco e linho, como produtos resultados da alfaiataria e da tecelagem, quando abstraídas as suas qualidades específicas, são apenas valores de uso que retém uma qualidade geral, o trabalho. Portanto, o valor de uso diz respeito a uma qualidade (como e o quê), já a grandeza de valor é quantitativa (quanto), por isso, um diferente quantum de trabalho necessário implica em um específico valor da mercadoria, apesar dela poder ter o mesmo valor de uso, ou seja, o mesmo trabalho produz a mesma grandeza de valor, mas ao mesmo tempo, em função das variações das forças produtivas, pode produzir quantidades diferentes de valores de uso (MARX, 1985, p. 53).

2.2- O valor das mercadorias: a forma de valor ou o valor de troca

Mercadorias e seu duplo caráter, objetos de uso e portador de valor. Mercadoria é expressão do trabalho humano, por isso sua objetividade de valor é social. Mas as mercadorias são possuidoras de uma forma comum, a forma dinheiro, o que se conhece, entretanto a gênese deste é o que Marx propõe explicar. (MARX, 1985, p. 53-54).

2.2.1- A forma simples, singular ou acidental de valor

Para Marx(1985) x mercadoria A = y mercadoria B, ou seja, forma relativa e equivalente. A e B determinam e opõem-se mutuamente, e são coisas diferentes comparáveis por suas unidades, pelo trabalho humano abstrato. Por exemplo, 20 varas de linho = 1 casaco. A possibilidade de equiparação deve-se ao que há de cristalizado em ambas, o trabalho humano, assim a força de trabalho cria valor, “torna-se valor em estado cristalizado, em forma concreta”. Na produção de ambas as mercadorias há um dispêndio de força de trabalho humano, portanto são portadoras de valor (MARX, 1985, p. 54-56).

Quando x mercadoria A = y mercadoria B, A tem valor pelo fato de que B se lhe equipara. Dois casacos podem expressar a grandeza de 40 varas de linho, mas nunca podem expressar sua própria grandeza de valor, por isso, pela forma equivalente, “o valor de uso torna-se forma de manifestação de seu contrário, do valor”, (MARX, 1985, p. 59).

A forma simples de valor está contida na relação de valor com outra mercadoria de tipo diferente, ou seja, “o valor de uma mercadoria tem expressão autônoma por meio de sua representação como ‘valor de troca’”. Assim, a rigor, a consideração de que uma mercadoria tem valor de uso e valor de troca, como apontado no início, é falso, daí Marx conclui que uma “mercadoria é valor de uso ou objeto de uso e ‘valor’ (MARX, 1985, p. 62).

Neste sentido, uma mercadoria apresenta seu duplo caráter de valor apenas quando contraposta, pois jamais possui forma de valor quando considerada isoladamente, mas manifestando-se de forma dialética. Assim, Marx demonstra que a forma simples de valor de uma mercadoria é a manifestação da antítese entre valor de uso e valor (MARX, 1985, p. 63 - 65).

Nesta elaboração teórica, em torno do valor, Marx compreende e expõe o processo metabólico da transformação do trabalho sob a sociedade capitalista – representada pela lógica do valor de troca. A partir desta dinâmica, há o aparecimento do trabalho alienado – que vai do trabalho enquanto trabalho útil; fruto de uma relação do homem com a natureza e com si mesmo; para uma forma sob o controle de outrem, do trabalho enquanto força de trabalho.

3- A produção capitalista na produção do trabalho alienado

Marx considera que, mesmo partindo dos pressupostos da economia política, supondo a propriedade privada, sobretudo a separação trabalho, capital e terra, o trabalhador decai a mais miserável mercadoria: “a miséria do trabalhador está na razão inversa do poder e da magnitude da sua produção” (MARX, 1989, p. 147), resultando na acumulação do capital em poucas mãos, constituindo uma sociedade dividida em duas classes, os proprietários e os trabalhadores⁶. Para Marx, a economia política, ao opor a doutrina da concorrência à doutrina do monopólio, não concebe a interconexão do movimento, separando assim, propriedade privada, ganância, do capital e do trabalho, elementos que, no entender de Marx, não podem ser vistos desconexos. Assim, Marx propõe partir de um fato econômico-político:

O trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na proporção que produz mercadorias em geral (MARX, 1989, p. 148).

Estas considerações; permite Marx concluir que o objeto que o homem produz, ou seja, o resultado do seu trabalho enquanto objetivação, se lhe defronta como um ser alheio, com um

⁶ Marx pensa a questão das classes a partir da produção e não do consumo, daí a fragilidade do argumento que pensa as classes em A, B, C... como normalmente se fala na atualidade. Logo, as políticas de inclusão social na atualidade, como as políticas afirmativas, distributivas, por meio do acesso ao consumo, seja ele educacional, de bens e serviços, não inclui – mas cria conformação social – num processo de inclusão excludente – escamoteando as relações sociais históricas, além de camuflar as relações de classe.

poder independente do produtor. Marx afirma que no capitalismo a “realização efetiva do trabalho aparece como *desefetivação* do trabalhador, a objetivação como *perda e servidão do objeto*, a apropriação como *alienação*, como *exteriorização*” (MARX, 1989, p. 149). Assim, “a realização efetiva do trabalho tanto aparece como *desefetivação* que o trabalhador é *desefetivado* a ponto de morrer de fome” (MARX, 1989, p. 150)⁷. Para Marx o trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho como um objeto alheio, sendo que quanto mais o trabalhador dá de si, tanto mais poderoso torna-se o resultado que ele cria frente a si. Assim, a vida que o trabalhador põe no objeto passa a não mais pertencer a ele, mas ao objeto. Portanto, quanto maior o produto do trabalho, tão menor o trabalhador, constituindo assim uma exteriorização, uma existência fora, alheia e independente dele.

Desta maneira, a partir da objetivação do trabalho, Marx pontua quatro características do trabalho alienado. O *primeiro* consiste no que chama de *alienação da coisa*, a qual se manifesta na relação do trabalhador como os produtos do seu trabalho a partir do momento em que o objeto produzido torna-se alheio: tão logo é criado, o produto escapa do produtor e o contrapõe com um poder sobre o mesmo. Isso diz respeito tanto aos objetos da natureza, como ao mundo alheio que se lhe defronta hostilmente (MARX, 1989, p. 154). O *segundo* consiste no que Marx atribui à denominação de *auto-alienação* e dá-se no ato mesmo da produção, dentro da própria atividade produtiva, quando o trabalho é uma atividade alheia, não pertencente ao trabalhador, configurando-se em uma atividade voltada contra ele mesmo, não sendo no processo de trabalho que o trabalhador satisfaz suas necessidades, antes tem o trabalho como meio para alcançar a satisfação das necessidades.

Partindo de que o homem é um ser genérico, não só por fazer do gênero, tanto do seu próprio como do das demais coisas, o seu objeto, mas na medida em que se relaciona consigo mesmo como com o gênero vivo, Marx considera que o homem vive da natureza, esta forma teoricamente uma parte da consciência humana (objetos da ciência), assim como forma parte da vida humana e da atividade humana. Fisicamente, o homem vive só destes produtos da natureza (alimento, vestuário...), assim a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo inorgânico, pois é meio de vida imediato e matéria (objeto e instrumento da atividade do homem), desta forma:

⁷ “Comecei, também, a trabalhar numa grande fábrica e a verificar que os doentes não tinham uma doença definida, mas não podiam trabalhar. Eram acusados de preguiça. No fim de algum tempo, compreendi o que se passava com os enfermos. Disse aos patrões: sei o que meus clientes têm. Mas não posso curá-los porque sou médico e não diretor daqui. A doença desta gente é fome”. Palavras de Josué de Castro, disponível em <<http://www.projetomemoria.art.br/josuedecastro>> acessado em 20 de ago. de 2012.

A natureza é o *corpo inorgânico* do homem, a saber, a natureza na medida em que ela mesma não é corpo humano. O homem *vive* da natureza, significa: a natureza é o seu *corpo*, com o qual tem que permanecer em constante processo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interligada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interligada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (MARX, 1989, p. 155).

Assim, Marx entende que na medida em que o trabalho alienado aliena do homem a natureza e a si mesmo, a função ativa do homem, a sua atividade vital, aliena do homem o gênero, fazendo da “*vida do gênero* um meio da vida individual”, por isso “em primeiro lugar aliena a vida do gênero e a vida individual, e em segundo lugar faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente na sua forma abstrata e alienada” (Marx, 1989, p. 155). Para Marx o homem distingue-se do animal pela atividade, pois o último não distingue-se dela, por sua vez o homem faz da mesma um objeto dos seu querer e da sua consciência (é consciente). A consciência é o que distingue o homem do animal, é por isso o homem é um ser genérico, de trabalho livre, no entanto “o trabalho alienado inverte a relação de maneira tal que precisamente porque é um ser consciente o homem faz da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para a sua *existência*” (MARX, 1989, p. 156).

O trabalho que, primeiramente, aparece como meio de satisfazer a necessidade de manutenção da existência física, mas logo, a vida produtiva enquanto vida do gênero faz da atividade da vida, apenas um meio de vida, implicando na alienação em relação a natureza (esta assume figura de inimiga, deixando de ser meio de (sub) existência, pois o homem não se realiza mais nela) e, finalmente o quarto caráter da alienação, uma vez que o homem está alienado em relação a espécie, esta implica em que ele aliena-se em relação a sociedade, ou seja, em relação ao outro homem.

Portanto, o trabalho alienado faz do ser genérico do homem um ser alheio a ele, apenas meio de sua existência individual. Aliena do homem seu corpo, a natureza fora dele, sua essencial espiritual e sua essência humana (MARX, 1989, p. 158). Como consequência imediata, Marx aponta que o homem está alienado do homem. Assim, se partindo de um fato político-econômico, ou seja, da alienação do trabalhador, Marx chega ao trabalho alienado, exteriorizado, o que possibilita perguntar a quem pertence este trabalho alheio, ao qual Marx afirma que, necessariamente, a um outro, um homem mesmo, fora do trabalhador (MARX, 1989, p. 159).

Assim, por meio do trabalho exteriorizado, o trabalhador engendra uma relação do produto do trabalho com um homem que não participa deste, ou seja, o capitalista, o “senhor do trabalho” (MARX, 1989, p. 160). Desta maneira, a relação do trabalhador com o não-trabalhador resulta na propriedade privada, ou seja, esta se configura como consequência da

mesma, e não como quer a economia política, isto é, que a propriedade privada apareça como causa, como razão do trabalho alheio (MARX, 1989, p. 161). Entretanto, Marx acrescenta que salário e propriedade privada são idênticos, sendo o salário uma consequência necessária da alienação, daí porque por maior que possa ser, uma elevação de salário, “nada mais seria senão um melhor *assalariamento dos escravos* e não teria reconquistado nem o trabalhador nem ao trabalho a sua dignidade e determinação humanas” (MARX, 1989, p. 161). Por isso, para Marx, emancipar a sociedade exige a emancipação dos trabalhadores, pois a partir do processo de explicação da alienação do trabalho fica exposto, inclusive, que “na emancipação deles está contida a //emancipação// humana universal” (MARX, 1989, p. 162).

5. Trabalho e Educação

Como forma de encaminhar algumas considerações, reiteramos que a educação é elemento estratégico de autonomia e de alternativas de trabalho e renda, no sentido de recuperar a relação entre trabalho e conhecimento, ou melhor, a dimensão ontocriativa do trabalho que cria e recria o homem a todo o momento. Por isso, “Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza.” (MARX, 2008, p. 211).

A compreensão e importância do trabalho em Marx “não se reduz à atividade laborial ou emprego, mas à produção de todas as dimensões da vida humana” (FRIGOTTO, 2005, p. 58). Complementando esta afirmação de Gaudêncio Frigotto, na visão de Saviani (1986) temos a ideia do sistema educação estruturado pelas questões do trabalho, onde:

[...] o trabalho é a base da existência humana, e os homens se caracterizam como tais na medida em que produzem sua própria existência, a partir de suas necessidades. Trabalhar é agir sobre a natureza, agir sobre a realidade, transformando-a em função dos objetivos, das necessidades humanas. A sociedade se estrutura em função da maneira pela qual se organiza o processo de produção da existência humana, o processo de trabalho (SAVIANI, 1986, p. 14).

A partir desse panorama, nossa intenção é tentar demonstrar que as relações políticas, sociais, econômicas, culturais, e educacionais, são fruto do movimento do trabalho. Considera-se que a educação que conhecemos, fruto de uma história marcada pela divisão social, funciona como mecanismo de manutenção da divisão de classes e não altera efetivamente a realidade.

Nesta perspectiva, entende-se que o real, na visão de (ZONOTELLI, 2003, p. 107) onde: “O fundamento último da realidade é o trabalho. [...] A categoria mais simples, o fundamento de tudo o que é produzido. O trabalho é categoria e realidade configurante desta realidade. Dele deriva a totalidade concreta e histórica. Outra perspectiva semelhante também se encontra em estudos desenvolvidos por Marise Ramos quando esta afirma que “o real é tanto material - a natureza e as coisas produzidas pelos homens - quanto social, configurado pelas relações que os homens constroem entre si (RAMOS, 2005, p. 14).”

A historicidade da realidade funda-se no horizonte do trabalho – pois sem esta categoria fundante torna-se impossível darmos conta de um estudo em ciências sociais – que trate do trabalho e de seus desdobramentos, principalmente da relação entre este e educação. Por isso, na argumentação da mesma autora “[...] partimos de alguns conceitos tomados do método materialista histórico – dialético, como o corte de classe, a fim de elaborar a análise das contradições de modo a permitir que se possam visualizar as possibilidades e os limites daqueles para uma formação humana integral” (RAMOS, 2005, p. 14).

Esta historicidade é marcada pelo processo de produção capitalista tendo a indústria como centro, trabalhando exclusivamente, “[...] na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade, [...] exaurindo as fontes originais de toda riqueza: a terra e o trabalhador” (MARX, 2008, p. 571).

No entendimento de Marx, as coisas se dão em um processo de relações sócio-históricas, onde a função social básica do capital é trabalhar pela espoliação do trabalho e todos os meios materiais para produção e acumulação. Neste sentido, o capital não tem medo da perda de vidas, mas só dele mesmo pela sua dinâmica contraditória e imoral em produzir riqueza a um custo social/humano e natural altíssimo.

Mas, em termos sociais, o capital trabalha pela manutenção permanente da forma mais-valia (absoluta) que se configura segundo Marx: “No prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com apropriação pelo capital desse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista” (2008, p. 578).

Ampliando deste modo o seu domínio, há um grau de subordinação real do trabalho, da terra, e dos sujeitos aos interesses da lógica de apropriação do capital, historicamente constituído. Sendo assim, parece que o que está em jogo não é a extinção, mas a subordinação permanente destes sujeitos, tanto em termos materiais, como também imateriais nas

circunstâncias de romper barreiras e criando instrumentos na direção da dependência sistemática dos sujeitos. No entendimento de Marx (2008, p. 578-579):

Um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus métodos, meios e condições, surge e se desenvolve, de início, na base da subordinação formal do trabalho ao capital. No curso desse desenvolvimento, essa subordinação formal é substituída pela sujeição real do trabalho ao capital.

Em termos formais, é mais vantajosa para a produção de mais-valia a permanência destes sujeitos na condição de proprietários da terra (a exemplo dos agricultores familiares), no vislumbre da ideologia do proprietário, tanto da terra, como de seu trabalho. O trabalhador não produz para si, mas para o capital” (MARX, 2008, p 578). No entanto, em termos reais, o trabalho e mesmo a terra é do capital na medida em que transforma a função social da terra⁸ e do trabalho, em meios precarizados e intensos de acumulação capitalista. Isto é, “a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia.

Algumas considerações

Pensar a educação pelo funcionamento de uma sociedade capitalista nos remete a utilização dos espaços educacionais para manutenção da lógica do capital, tratada como mercadoria que oferece seus serviços a uma classe dominante. Os processos de ensino e aprendizagem refletem a segregação da cultura e do conhecimento, falta de condições mínimas de trabalho do professor que vende sua força de trabalho por pouco e sem espaços ou tempos para refletir sobre sua prática.

A alienação se reproduz na medida em que os profissionais da educação atendem a manutenção da lógica do capital. Nesse sentido, a educação que temos hoje, com currículos fragmentados, engessamento das ações participativas que envolve escola e comunidade, verba pública destinada a educação e que nunca encontra seu destino com esse cenário a educação cumpre o seu papel. Ao refletir sobre o trabalho e a luta de classes conforme o pensamento de

⁸ O conceito de “Função Social da Terra” – teve seu surgimento no período do regime militar, a partir de 1964 com o Estatuto da Terra, com a Lei nº 4504/64. A princípio, foi uma tentativa de amenizar a pressão dos segmentos camponeses sem terras, oriundos dos deslocamentos de populações para colônias novas, desde a década de 1920, principalmente de origem européia – Sendo que nos anos 1940-1950, devido ao desenvolvimento “demográfico, a penetração capitalista do campo, a elevação dos preços da terra, puseram fim à abundância relativas de terras, encerrando tendencialmente a capacidade de reprodução estrutural [...] para sustentar o núcleo familiar”. Ver: MAESTRI, Mário. Aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: A Questão Agrária no Brasil. V. 2. STEDILE, João Pedro (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2005. Tanto foi o grau de importância desta Lei, que o termo foi transcrito integralmente no artigo 186 da Constituição de 1988, já no período de organização da democracia brasileira.

Marx, percebe-se que a educação de hoje é um sucesso aos olhos de uma classe dominante e um fracasso para a parte da população que não faz parte das escolhas e decisões do estado.

Deste modo, atrevemos em indicar que a saída, não é o aprofundamento das contradições de classes, do valor de troca, e da alienação ou a morte destas relações sociais de uma forma idealizada, mas a superação – por meio do trabalho associado, que se desdobra num outro sentido – do qual, faça dos trabalhadores autores principais e não coadjuvantes da história – onde o trabalho, seja fruição e não subordinação. Ou seja, sem trabalho, não há humano.

Bibliografia

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, MARIA. RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003**. In: **Conflitos no campo: Brasil 2003**. Goiânia: CPT Nacional, 2003.

MARX, Karl. **Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana**. In: FERNANDES, Florestan (Org.). Marx-Engels (História). 3. ed. São Paulo: Ática, 1989. p. 146-164.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Econômica Política**. Livro Primeiro. O processo de Produção do Capital. Vol. I. 26ª. Ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O Capital: Crítica da Econômica Política**. Livro Primeiro. O processo de Produção do Capital. Vol. II. 22ª. Ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro Terceiro. O Processo Global da Produção Capitalista. Vol. VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

RAMOS, Marise. **O Público e Privado nas Políticas de Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **O nó do ensino de 2º grau**. Bimestre, São Paulo: MEC/ INEP – CENAFOR, n. 1, out. 1986.

ZANOTELLI, Jandir J. **Orçamento Participativo: Pressupostos Ético-críticos da Participação Popular para Além da Dialética**. Pelotas/RS: Educat, 2003.